

HABEAS CORPUS Nº 537.682 - SP (2019/0299093-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MARIA ISABEL FERREIRA MARQUES E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO MARQUES - SP072139
MARIA ISABEL FERREIRA MARQUES - SP406925
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO HENRIQUE MARTINS DE CASTRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA. VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INDICIAMENTO FORMAL DETERMINADO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE MARTINS DE CASTRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do HC n.º 2156987-69.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que a Autoridade Policial, ao concluir o procedimento investigativo, a deixou de indiciar o Paciente, contudo, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia imputando-lhe a prática dos crimes previstos no art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 12.850/13 e nos arts. 317, § 1.º, e 325 do Código Penal, requereu o indiciamento formal do Réu, o que foi deferido pelo Juízo de primeiro grau.

Irresignada com essa decisão, a Defesa do Acusado impetrou o *writ* originário, que restou denegado nos termos da seguinte ementa (fl. 103):

"HABEAS CORPUS - Insurgência contra decisão que determinou o formal indiciamento do paciente no ato do recebimento da denúncia. Possibilidade - Objetivo de colher a qualificação e vida pregressa do acusado, ainda que já identificado, além de fins estatísticos - O mero indiciamento não configura em si maus antecedentes, consoante o entendimento dos Tribunais Superiores - Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada."

Defende o Impetrante, em suma, que é ilegal o indiciamento posterior ao

Superior Tribunal de Justiça

oferecimento da denúncia, como ocorrido no caso. Busca, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para impedir o indiciamento do Paciente.

Deferi o pedido liminar às fls. 117-120, para suspender o indiciamento do Paciente até o julgamento final deste *writ*.

As informações foram dispensadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 129-133, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, se conhecido, pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

A ordem deve ser concedida.

O Tribunal *a quo* denegou a ordem na impetração originária com a seguinte fundamentação (fls. 104-106):

"De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada, foi instaurado, em 15.03.2018, inquérito policial por meio de Portaria da Corregedoria Geral da Polícia Civil, para apuração de suposto crime previsto no artigo 317 do Código Penal, amparado na contestação de vários membros do Ministério Público Paulista sobre a forma de atuação funcional de PAULO HENRIQUE MARTINS DE CASTRO, Delegado de Polícia do 4º Distrito Policial de Ribeirão Preto, na investigação de fatos que envolvem advogados. Em 18.06.2019, o paciente foi denunciado como incurso no art. 2º, §1º, da Lei 12.850/13, no art. 317, §1º e no art. 325, c.c. o art.69, caput, todos do Código Penal. Por decisão datada de 05.07.2019, foi determinado, deferindo-se o pleito ministerial, seu formal indiciamento.

Diante da irresignação defensiva, o Ministério Público concordou com a suspensão, 'por ora', do indiciamento. Sendo assim, suspendeu-se referida determinação.

Pois bem.

Nos presentes autos se discute a possibilidade de que o indiciamento seja determinado pela autoridade judicial, após o recebimento da inicial acusatória.

Tem-se, contudo, que o 'formal indiciamento', que representa a identificação do acusado e averiguação de sua vida pregressa, são meras consequências de um inquérito instaurado, onde se apuram indícios de prática de um delito.

Sendo assim, em geral, tal ato é realizado na fase de inquérito, mas nada impede que o seja em outra fase da persecução penal, demonstrando-se razoável a determinação de indiciamento durante o curso da fase judicial.

Aliás, é impositivo, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Processo Penal que dispõe:

'Art. 6º - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;'.
Portanto, se durante a tramitação do inquérito policial o indiciamento é exigência legal, quando já tramita o processo, a medida se mostra ainda mais necessária.

E, desse modo, revela-se pressuposto lógico da ação penal, representando parte do ônus que deve suportar quem responde processo criminal, razão pela qual a diligência foi corretamente determinada.

Afinal, tratando-se de norma impositiva, se a autoridade policial não o fez anteriormente à denúncia, necessária a sua feitura ainda que realizado após a instauração da ação penal, não havendo, pois, constrangimento ilegal a ser corrigido por intermédio do remédio heróico."

Constata-se, da leitura do acórdão impugnado, que o entendimento manifestado pelo Tribunal de origem diverge da orientação consolidada nesta Corte, no sentido de que *"a determinação de indiciamento formal, quando já em curso a ação penal pelo recebimento da denúncia, é tida por desnecessária e causadora de constrangimento ilegal"* (HC 35.639/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ de 22/11/2004).

Com efeito, mostra-se inoportuna a determinação de indiciamento do ora Paciente para apuração dos mesmos fatos objeto de denúncia já recebida. No mesmo sentido, destaco, dentre inúmeras outras, as seguintes ementas:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. SÚMULA N. 115 DO STJ. NULIDADE. DETERMINAÇÃO DE INDICIAMENTO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO. CRIME DE AMEAÇA. LAPSO PRESCRICIONAL DE TRÊS ANOS ESCOADO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - 'Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos' - enunciado n. 115 da Súmula deste Tribunal - A comprovação da capacidade postulatória somente é dispensada na hipótese em que o leigo impetra o habeas corpus e contra a decisão do writ, ele próprio interpõe recurso ordinário. II - Com a superveniência da decisão que recebe a denúncia, em princípio, não mais se justifica a determinação judicial para que se promova o indiciamento formal do acusado (Precedentes).

III - O recebimento da denúncia esvazia qualquer procedimento que objetive apurar a prática da infração penal, a ser imputada a alguém. No transcorrer da própria instrução criminal é que o Ministério Público poderá comprovar a procedência das acusações que pesam sobre o denunciado, não se justificando, assim, o indiciamento determinado após o recebimento da inicial acusatória.

IV - As duas Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte já assentaram o entendimento de que eventual ausência de alegação da prescrição perante o Tribunal de origem não obsta o seu reconhecimento de ofício, mormente por se tratar de questão de ordem pública, não havendo que se falar em supressão de instância.

V - Quanto ao crime de ameaça (art. 147 do CP), observa-se que já escoou o prazo prescricional de 3 (três) anos entre a data do fato (25/08/2013) e o recebimento da denúncia (20/02/2017), o que importa na declaração de extinção da punibilidade do réu pela prescrição, por determinação do art. 107, IV, do Código Penal, apenas quanto ao crime de ameaça.

Recurso ordinário não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para declarar a extinção da punibilidade do recorrente quanto ao crime de ameaça (art. 147, caput, do CP), em razão da prescrição da pretensão punitiva, c/ fulcro nos arts. 109, VI; 111, I e 117, I, todos do Código Penal; e para anular a determinação judicial de indiciamento do recorrente, quanto ao crime de lesão corporal (art. 129, §9º, do CP), sem prejuízo do regular prosseguimento da ação penal quanto a este delito." (RHC 89.410/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 21/03/2018).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO DA LIMINAR PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 691 DO STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. POSSIBILIDADE. INDICIAMENTO FORMAL. PROVIDÊNCIAS PRÓPRIAS DO INQUÉRITO POLICIAL. DETERMINAÇÃO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECONHECIMENTO. ORDEM CONCEDIDA EX OFFICIO.

1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do STF, somente afastada no caso de excepcional situação, o que se verifica na hipótese dos autos.

2. Não se admite a determinação de indiciamento formal do acusado, medida própria do inquérito policial, quando o feito já se encontra na fase judicial.

Precedentes.

3. Uma vez ultimada a persecutio criminis pré-processual, é mais do que evidente a impertinência da medida em testilha.

4. Impetração não conhecida, mas concedida a ordem, ex

offício, para cassar a decisão judicial que determinou o indiciamento do Paciente. (HC 406.465/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017.)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA, ESTELIONATO E FALSA PERÍCIA. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. DETERMINAÇÃO DE INDICIAMENTO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

2. O indiciamento, ato próprio da fase investigatória, pelo qual é atribuída a autoria de uma infração penal a uma pessoa, desde que seja realizado antes do recebimento da denúncia, não constitui constrangimento à liberdade de locomoção sanável na via do habeas corpus. Precedentes.

3. Hipótese na qual o Magistrado processante, após ter recebido a exordial acusatória, determinou o formal indiciamento do acusado, em atendimento a pleito formulado pelo órgão ministerial, o que implica manifesta ilegalidade a justificar a mitigação do entendimento consolidado no verbete sumular retrocitado e a concessão da ordem de ofício.

4. Writ não conhecido e habeas corpus concedido de ofício para anular a determinação judicial de indiciamento do paciente." (HC 324.395/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 28/09/2016.)

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus*, para obstar o indiciamento formal do Paciente, relativo aos ilícitos descritos na denúncia, sem prejuízo do prosseguimento da ação penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora